

Aspectos teóricos e práticos dos termos *interculturalidad* e *interculturality*¹

Evandro Rosa de Araújo (*)

Introdução

O presente texto nasce com a finalidade de discutir a interculturalidade e os aspectos teóricos e práticos que consolidam os estudos sobre o termo no âmbito das relações humanas. Quando se fala de interculturalidade, algumas questões vêm à mente: o que é interculturalidade? Como ela se manifesta? Como se configura a aplicabilidade de seus conceitos? Esses questionamentos podem ser respondidos à luz das teorias e reflexões desenvolvidas por Kramsch (1993, 2003), Blommaert (2011), Risager (2006), Santos (2007), Walsh (2008, 2012), Mignolo (2009, 2018), Aman (2018) e Maldonado-Torres (2016).

À luz desses questionamentos e ante a possibilidade de contribuir para o aprofundamento do tema em questão, propõe-se uma discussão que promova uma reflexão crítica dos princípios teóricos dos estudos decolônias, que, embora recentes, têm mudado o olhar de muitos indivíduos sobre as relações humanas. É o que pode ser conferido, por exemplo, em Blommaert (2011), Risager (2006), Walsh (2008), Kramsch (2009), Mignolo (2009) e Aman (2018), dentre outros.

Na verdade, o olhar intercultural, como muitos teóricos enfatizam, ainda não se consolidou completamente, pois trata-se de uma área que mexe profundamente com muitos valores já cristalizados no seio das comunidades de diferentes países. Muitas vezes, ao se falar sobre os direitos humanos ou sobre a possibilidade de reconhecimento de práticas discriminatórias de minorias, tais como o negro, o indígena, a mulher, os LGBTQ+, o que mais comumente ocorre é um silenciamento que nada mais é do que concordar com o *status quo* dominante. Por isso, a visão de Walsh (2012, p. 117) sobre o conceito de interculturalidade expressa lucidez com relação ao que se entende neste texto como prática intercultural:

Interculturalidade é um campo que possibilita a convergência e a articulação, particularmente entre esforços, práticas, conhecimentos, de projetos que enfocam mais a justiça global, em diferenças (epistêmica, ontológica, existencial, de gênero,

¹ Texto elaborado para a disciplina “Habilidades e competências em contextos de ensino-aprendizagem de segundas línguas e línguas estrangeiras”, ministrada pela Profa. Dra. Dilys Karen Rees no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (UFG).

(*) Professor da Universidade Estadual de Goiás. Mestre em Letras e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: evandrorj49@gmail.com

etnicidade, classe, raça, nação, dentre outros) construídas como desigualdades dentro de um quadro do capitalismo liberal.²

Acredita-se, pois, que de nada adianta fazer a defesa da interculturalidade, e/ou conhecer os princípios que fundamentam os estudos sobre o tema se na prática diária ainda não se consegue exercitar a empatia pelo outro, a tolerância, o respeito e muitos outros sentimentos morais que, em seu conjunto, tornam os sujeitos interculturais. Nesse sentido, de acordo com Ansion (2007, p. 44), ser intercultural é “[...] trabalhar para a criação de condições de maior equidade para grupos subordinados. Isso significa promover concretamente o respeito pelo outro cultural, especialmente por aquele que foi desprezado”.

Assim, refletindo sobre essas questões, o presente texto estrutura-se em duas partes. Na primeira discute-se um pouco sobre os fundamentos da *interculturalidad* e em que medida difere de *interculturalitiy*, além de focar alguns pontos sobre colonialidade e decolonialidade. Para tanto, parte-se da seguinte afirmação de Walsh (2008, p. 76):

A decolonialidade e a interculturalidade são, assim, projetos entrelaçados e verbalidades entrelaçadas. Entendidos a partir e de dentro do contexto das lutas passadas e presentes, eles são apostas, proporções proativas e processos e projetos políticos, econômicos, sociais, epistêmicos e baseados na existência em ação perene e movimento contínuo, ações e movimentos que pretendem fissurar e rachar, e construir, recortar e caminhar de outra forma.

Já na segunda parte do texto, discute-se como se consegue perceber a aplicabilidade desses conceitos no dia a dia, já que é por meio dessas práticas linguísticas comportamentais que, de uma forma ou de outra, faz-se prevalecer o *status quo* dominante. Como confirma Aman (2018, p. 27), é “[...] por meio desses exercícios de repetição de práticas sociais que conjuntos de convenções e rotinas são desenvolvidos e formalizadas as práticas que são transmitidas a novos praticantes”. Essa parte é importante por exemplificar na prática como podem passar despercebidas ações de colonialidade que muitas vezes são realizadas no cotidiano.

Interculturalidade e imperialismo na América Latina

Antes de refletir sobre interculturalidade, é importante abordar algumas questões que de certa forma contribuíram sistematicamente para a construção de uma América do Sul que sempre atendeu, de forma direta ou indireta, aos objetivos da matriz imperial. Nas palavras de Walsh e Mignolo (2018, p. 6), “[...] embora a retórica e a política do nacionalismo de direita, do globalismo neoliberal e do progressivismo possam ser diferentes, cada um continua a perpetuar e promover a colonialidade”.

² Esta e outras traduções ao longo do texto foram feitas pelo autor.

Nesse sentido, não é fácil admitir que mesmo após 500 anos de independência, ainda sobrevive no Brasil uma forte ligação com o colonizador. Conforme Santos (2007, p. 76), “[...] as colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece no pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como no ciclo colonial”.

O processo colonizatório e alienatório das terras brasileiras e também o dos demais países sul-americanos como um todo foram brutais e ocorridos por meio da escravização, aculturação e alienação dos indígenas, da exploração do solo e da devastação da natureza. Consoante Maldonado-Torres (2016, p. 11), “[...] a Europa se tornou moderna no processo de conquista e expansão colonial, um processo que fez do colonialismo, mais que uma prática, uma lógica de organização e uma modalidade de conhecimento, poder, e ser – isto é, colonialidade”.

Atualmente essa influência da matriz sobre os países sul-americanos ocorre de forma mais sutil, mas não deixa de ser sistemática, uma vez que, ao impor ao colonizado um idioma, uma religião, e anular de forma gradativa as práticas culturais dos nativos, criou-se uma dependência que dificilmente terá fim. Nesse sentido, as crenças e ideologias do dominador continuam sobrevivendo. Como disse Maldonado-Torres (2016, p. 17), “[...] os colonizados são feitos para serem corpos sem território, pessoas sem recursos, e sujeitos sem a capacidade para a autonomia e a autodeterminação cujo desejo constante é o de ser outro diferente de si”.

As marcas do colonizador sempre estão presentes e são reproduzidas constantemente, por isso, a cada vez que se abre a boca para falar uma língua que foi imposta, é necessário lembrar o quanto esse processo foi cruel e aniquilatório das inúmeras línguas que eram faladas nessas terras. Thiong’o (1981, p. 3) afirma que “[...] o efeito de uma bomba cultural é aniquilar a crença de um povo em seus nomes, em suas línguas, em seu ambiente, em sua herança de luta, em sua unidade, em suas capacidades e, finalmente, em si mesmo”.

No que diz respeito à influência reproduzida nas escolas, é fácil percebê-la nos livros didáticos. Os livros de Língua Portuguesa, por exemplo, muitas vezes tentam impor um português distanciado daquele falado pelo povo brasileiro. Da mesma forma, tentam impor um modelo de família patriarcal que pouco representa as famílias sul-americanas, sem falar do silenciamento das representações de gênero, tão presentes no seio de todas as comunidades. Nas palavras de Santiago, Akkari e Marques (2013, p. 23), “[...] a educação intercultural no Brasil está situada diante das hierarquizações sociais, e o mais complexo problema a ser enfrentado é reconhecer as diferenças e integrá-las a um contexto que não as anule”.

Até pouco tempo atrás era difícil perceber a presença do negro nas ilustrações de materiais didáticos e, quando isso acontecia, ele era mostrado no exercício de funções subalternas, de acordo com a dinâmica capitalista, tais como empregos domésticos, rurais etc. Dificilmente um negro ou um indígena aparecia exercendo funções elitizadas, o que sinaliza para um certo desejo de exaltar o branco. Para Santiago, Akkari e Marques (2013, p. 120), “[...] o racismo brasileiro historicamente se apresentou de forma silenciosa e dissimulada em função dos processos de branqueamento e pelo mito da democracia racial assimilado no imaginário social da população brasileira”.

Tal como ocorre nas ilustrações, os fragmentos literários utilizados nos livros didáticos são sempre extraídos de obras canonizadas, pois dificilmente uma obra escrita por negros ou indígenas é utilizada no contexto escolar das escolas públicas. Nos livros de língua estrangeira também é fácil perceber a influência da matriz de poder, já que a segunda língua ensinada nos países colonizados é quase sempre o inglês, especialmente o falado nos Estados Unidos da América ou na Inglaterra, ignorando o que é próprio de países da África do Sul ou regiões menos desenvolvidas.

[...] a visão político-ideológica da língua inglesa, por ser a língua da nação mais poderosa do mundo, não deve ser esquecida por professores de inglês em favor de uma visão exclusivamente linguística ou comunicativa. A expansão e a hegemonia da língua em questão no mundo trazem em seu bojo forças do neocolonialismo, remetendo-nos a questões de produção e reprodução de desigualdades sociais (ASSIS-PETERSON, 2008, p. 327).

O berço europeu é também exaltado nos livros de História como centro civilizatório, criando-se a imagem de um continente que salvou o mundo da barbárie. Nessa abordagem, é ignorado o histórico europeu de exploração, escravização e imposição de modelos hegemônicos que mais promoviam a alienação e a escravização do que a libertação. Como pontua Thiong'o (1981, p. 17), “[...] a alienação tornou-se reforçada no ensino de história, geografia, música, onde a Europa burguesa sempre foi o centro do universo”.

Da mesma forma, pode-se também afirmar que o processo colonizatório ainda está muito presente, como pode ser lido em Walsh (2008), Mignolo (2009) e Aman (2018), dentre outros. Mas atualmente, com o advento das tecnologias e o crescente interesse de alguns teóricos de entender melhor o processo de globalização e colonização, é possível tentar uma decolonização. Nesse sentido, muitos pensadores tentam ressignificar esse processo e apontam caminhos para a construção de práticas que podem ser fundamentais. Um exemplo interessante é o que vem ocorrendo em alguns países da América do Sul, nos quais se discute a interculturalidade pelo viés dos colonizados.

Aman (2018, p. 76) salienta que o termo *interculturality* tem sido usado pela União Europeia (EU) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), mas

salienta que é necessário um certo cuidado ao discuti-lo: “[...] *interculturality* não é o mesmo que *interculturalidad*”. Segundo o autor, o termo *interculturality* está ligado a um projeto de dominação e perpetuação do neoliberalismo, que tem como intuito manter o poder dos países hegemônicos, além de tentar impor ideologias europeias e norte-americanas ao mundo. Já *interculturalidad*, termo que nasce na América do Sul, propõe, conforme o autor, um caminho contrário, uma vez que tem como foco a decolonização:

[...] a *interculturality* nas mãos da UE ilustra as maneiras pelas quais a retórica da modernidade opera, desviando a atenção do legado linguístico do colonialismo, a *interculturalidad* introduz outra perspectiva que escava a colonialidade – isto é, uma perspectiva fundamentada no histórico, ético e teórico das consequências da violência imperial (AMAN, 2018, p. 84).

Pensar, portanto, em *interculturalidad* é de certa forma desconstruir os efeitos da colonialidade para buscar a criação de um projeto que contemple os interesses e as necessidades dos povos de cada região, rompendo assim com as tradições eurocêntricas ou norte-americanas. Na verdade, seria um projeto a partir de cada região, “[...] das lutas, práticas e processos que questionam os legados eurocêntricos, coloniais e imperiais e trabalha para transformar e criar radicalmente condições diferentes de pensamento, encontro, ser e coexistir ou conviver” (WALSH, 2012, p. 118).

Ainda hoje, quando se detém sobre a divisão do mundo entre um Norte desenvolvido e um Sul subdesenvolvido, fica evidente que na primeira região sempre está o colonizador e na segunda, o colonizado. Embora muito tempo tenha se passado desde a chegada do colonizador, os territórios que ainda são colônias continuam em uma condição inferior à matriz, o que demonstra que ainda existem aspectos prejudiciais que podem dificultar a ascensão dos países colonizados. Desligar-se da matriz de poder parece ser, portanto, um caminho para a construção de uma sociedade menos alienada e que cultive suas próprias raízes. Segundo Mignolo (2018, p. 126), “[...] a desvinculação é possível, e o pensamento de fronteira é necessário tanto para a desocidentalização quanto para a descolonialidade”.

Nesse sentido, quando se fala em *delinking* (desvinculação), o que se quer focar é a possibilidade de romper com os conceitos e preceitos ocidentais e tentar, a partir do Sul global, construir uma nova forma de ver o mundo. No entanto, tudo isso exige do colonizado um profundo conhecimento das próprias estruturas de seu país e a clareza de que colonialismo e colonialidade são terminologias diferentes, pois, enquanto a primeira refere-se à colonização de determinados territórios, a segunda retoma a ideia de modernidade e progresso, princípios que estão ligados ao neoliberalismo. Conforme Maldonado-Torres (2016, p. 11), “[...] a Europa se tornou moderna no processo de conquista e expansão colonial, um processo que fez do colonialismo, mais do que uma

prática, uma lógica de organização e uma modalidade de conhecimento, poder, e ser – isto é, colonialidade”.

Assim, pode-se dizer que, sob rótulos diferenciados, a colonialidade está mais viva do que nunca, embora de forma implícita promova a alienação em nome de uma suposta modernidade. Nesses moldes, a *interculturalidad* é um dos elementos fundamentais para se promover a desalienação e pensar um modo de vida que tenha como princípio básico o respeito, a cidadania e o amor ao próximo, ao meio ambiente e ao diferente.

Prática e entendimento de aspectos decoloniais e interculturais

Vale ressaltar que a interculturalidade que se enfoca nesta parte do trabalho é a mesma defendida na anterior, ou seja, *interculturalidad*, em espanhol. É, portanto, a mesma que, segundo Aman (2018, p. 12), se envolve “[...] em uma discussão sobre o potencial da interculturalidade para escapar da prisão do vocabulário colonial”. Nesse sentido, este texto visa analisar alguns pontos para se entender na prática o que vem a ser interculturalidade e decolonialidade. A partir desse exercício, será construída uma visão prática de como melhorar as relações com o outro.

Para isso, buscou-se nas manifestações da língua portuguesa algumas situações que pudessem ser analisadas segundo as teorias da decolonialidade e da interculturalidade, presentes em Santos (2007), Maldonado-Torres (2016), Mignolo (2009; 2018), Aman (2018) e Walsh (2018), dentre outros. Com base nesses teóricos e destacadas em itálico, são analisadas a seguir algumas situações que corriqueiramente podem acontecer no trato social.

Criticar a forma de vestir das pessoas e a culinária de outras regiões. Essa prática também entra no rol daquelas que não são nem um pouco interculturais, pois, agindo assim, a tendência é pensar localmente, sem se abrir para “[...] novas experiências, que muito poderão enriquecer as nossas relações com o diferente”, como sugere Maldonado-Torres (2016, p. 16).

Praticar violência contra a mulher. Hoje muitas reflexões têm sido feitas sobre os direitos e a importância da mulher na sociedade e no mundo do trabalho, mas algumas vezes, dada a falta de entendimento sobre a forma correta e a legitimidade desses direitos, isso tem redundado em violências que são em grande parte silenciadas em sociedades extremamente machistas e herdeiras de algumas práticas coloniais, tal como a brasileira. Na visão de Walsh (2018, p. 39), o “[...] feminismo descolonial rompe e transgride o feminismo branco universal à medida que persegue insurgências, pontos de vista e proporções de decolonialidade e decolonização”.

Agir de forma racista. Além de ser crime com pena prevista em lei, o racismo não condiz nem um pouco com o que se entende por interculturalidade e decolonialidade. A sociedade ocidental contemporânea, em sua maioria, ainda não conseguiu desenvolver empatia em face das políticas de inclusão, enquanto o racismo é frequentemente exercido em todas as instâncias. Neste sentido, o racismo pode ser entendido como uma forma de dominação econômico social que na interculturalidade deve repensado no sentido de respeito e garantia de direitos e a interculturalidade é a ação nessa luta de mudança de postura.

O racismo e o sexismo se organizam no Ocidente em todas as esferas da vida e têm conseguido impactar as sociedades não ocidentais. O racismo como o entendemos hoje é global porque é um componente fundamental do MCP (Matriz Colonial de Poder) e tem sido a ferramenta de ocidentalização desde o século XVI (MIGNOLO, 2018, p. 128).

Discriminar povos indígenas. Assim como os negros, os povos indígenas também são vítimas de racismo. São muitos os relatos de crimes contra esses povos, praticados mediante a estigmatização de suas vestimentas, seus cantos, sua língua etc., esquecendo-se de que eles representam a identidade nacional. Infelizmente, essa prática é bastante comum nos dias de hoje e lamentavelmente não tem sido penalizada como deveria. Ao analisar a discriminação a que estão sujeitos os nascidos no Equador, Walsh (2018, p. 60) salienta:

O princípio da interculturalidade respeita a diversidade de nacionalidades e os povos indígenas, bem como equatorianos de outros setores sociais. Mas, ao mesmo tempo, exige a unidade destes nos campos econômico, social, cultural e político, com vistas a transformar as estruturas atuais e construir um novo estado plurinacional, no marco da igualdade de direitos, respeito mútuo, paz e harmonia entre nacionalidades e povos (WALSH, 2018, p. 60).

Conviver com os povos indígenas de forma harmônica e buscar entender os seus ensinamentos e da mesma forma familiarizá-los com a ciência que orienta o branco são atitudes altamente interculturais e decoloniais. Nesse sentido é necessário enfatizar que conviver, nem sempre significa mudar a organização social, mas sim buscar promover um estado de bem estar social a todos envolvidos. Dessa forma, o que se defende não é um tratamento assimilacionista ou ações extrativistas em terras indígenas, mas a completa harmonia, onde haja aprendizagem entre todos.

Aceitar a língua do outro. Evidentemente não se trata só de aceitar, pois é necessário aprender e com isso enriquecer o idioma um do outro, pois isso, sim, é interculturalidade. Segundo Aman (2018, p. 22), “[...] a interculturalidade beneficia todos [...], uma vez que transmite a compreensão e o respeito por outras culturas, e traz consigo a responsabilidade de passar isso para o resto da sociedade”.

Como discutiu-se até aqui, é fundamental que se tenha um olhar aguçado para todas as questões que de uma forma ou de outra podem influir nas práticas diárias. Conseguir respeitar, conviver e aprender com as particularidades do outro não é uma tarefa simples, pois vive-se em um mundo repleto de práticas neoliberais que priorizam o lucro acima de tudo. Nesse sentido, apenas quando o indivíduo se desliga dessas influências é que ele consegue de certa forma estabelecer uma conexão com valores e práticas que até então acreditava não existirem e isso vem também ao encontro das concepções do *buen vivir* ou *Sumak Kawsay* termo proveniente da língua quíchua que se traduz viver em plenitude, cujos princípios foram incorporados na constituição do Equador, buscando uma forma de viver mais plena e em sintonia com um desenvolvimento cada vez mais sustentável.

Conclusão

Entende-se por interculturalidade um conjunto de práticas que precisam ser exercitadas continuamente para que se possa conviver de forma harmônica em sociedade. Práticas que perpassam pelo respeito, mudança de leis, de organização econômico, pela tolerância, pela empatia, pela preservação do meio ambiente etc. são importantes para o exercício básico da cidadania entre os povos. Dessa forma, quando se reflete sobre essas questões, no contexto de um país sul-americano como o Brasil, o que vem à mente é uma certa frustração, pois o que se observa é a constante devastação do meio ambiente, a falta de políticas públicas que promovam uma educação de qualidade e a constante multiplicação de práticas racistas e fascistas que vão criando e se tornando “verdades” por meio das *fakes news* propagadas nas redes sociais; tudo isso caminha no sentido inverso do que se entende por interculturalidade.

O presente texto buscou, apoiado em fontes bibliográficas, desenvolver uma reflexão sobre a interculturalidade e como se pode percebê-la nas práticas cotidianas. Evidentemente, viver de forma intercultural não é fácil, pois exige um constante reeducar. É necessário perceber-se no outro para assim rever práticas e entender como é possível contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, em um mundo tão globalizado. Apesar de falar sobre interculturalidade estar em voga e de muitos teóricos estarem se debruçando sobre o tema, ainda existe pouco material disponível para professores que queiram desenvolver, na prática, os seus trabalhos em sala de aula com a referida temática.

Nesse sentido, este texto também é importante, pois permitiu que se mostrasse aqui que existe uma diferença significativa entre os termos *interculturalidad* e *interculturality*. As discussões permitiram também entender que, enquanto *interculturality* tenta de certa forma trabalhar para a

manutenção do neoliberalismo e a preservação do *status quo*, a *interculturalidad* praticada nos países andinos busca fazer um caminho um pouco diferenciado, tentando descolonizar a mente dos indivíduos para assim construir um modelo de bem-estar social que preserve o meio ambiente e as identidades locais. As análises empreendidas neste texto proporcionaram um descortinar de ideias que certamente poderão ser materializadas e ampliadas com outras leituras e assim aplicadas no contexto de sala de aula de escolas brasileiras ou no cotidiano de cada indivíduo.

Referências

- AMAN, R. **Decolonizing intercultural education; colonial differences, the geopolitics of knowledge, and inter-epistemic dialogue**. London: Routledge, 2018.
- ANSION, J. La interculturalidad y los desafios de una nueva forma de ciudadanía. *In*: ANSION, J.; TUBINO, F. (org.). **Educar en Ciudadanía Intercultural**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2007, p. 37-63.
- ASSIS-PETERSON, A. A. Como ser feliz no meio de anglicismos: processos transglóssicos e transculturais. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, SP, v. 47, n. 2, p. 323-340, 2008.
- BLOMMAERT, J. Supervernaculars and their dialects. **Tilburg Papers in Culture Studies**, New York, v. 9, p. 1-18, 2011.
- KRAMSCH, C. **Language and Culture**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- MALDONADO-TORRES, N. **Outline of ten theses on coloniality and decoloniality**. New York: Foundation Franz Fanon, 2016.
- MIGNOLO, W.; WALSH, C. **On decoloniality**. Durham: Duke University, 2018.
- QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**, Lima, 2007.
- RISAGER, K. **Language and culture, global flows and local complexity**. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.
- SANTIAGO, C. M.; AKKARI, A.; MARQUES, L. P. **Educação Intercultural: desafios e possibilidades**. São Paulo: Vozes. 2013.
- SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal**. Porto: Novos Estudos, v. 79, p. 71-94, 2007.
- WALSH, C. **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgências políticas-epistêmicas de refundar El Estado**. New York: Tábula Rasa, n. 9, p. 131-152, 2008.
- THIONG'O, Ngugi wa. **Decolonizing the mind**. London/ Harare: Zimbabwe Publishing House, 1981.

Resumo: O presente trabalho faz um estudo da interculturalidade, mediante uma comparação do seu significado político expresso nas terminologias *interculturalidad* (espanhol) e *interculturality* (inglês). A intenção é mostrar as diferenças teóricas e práticas relacionadas a ambos os termos e, para tanto, busca reflexões contemporâneas em torno das ideias de colonialidade e decolonialidade presentes em Quijano (2007), Santos (2007), Mignolo (2017) e Walsh (2018), dentre outros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que problematiza a interculturalidade em suas múltiplas acepções e que parte do princípio defendido por Aman (2018), qual seja o de que “*interculturality is not interculturalidad*”. Busca-se, portanto, entender a diferença entre os dois termos, tomando-se como base os estudos de Walsh (2008), Mignolo (2009) e Aman (2018), para discutir as questões relacionadas à *interculturalidad*, e os de Blommaert (2011), Risager (2006) e Kramsch (2003), dentre outros, para a análise da *interculturality*. A conclusão das análises aponta que, embora os vocábulos *interculturalidad* e *interculturality* tenham a mesma tradução em língua portuguesa, eles refletem significados distintos na prática.

Palavras-chave: Interculturalidade. Colonialidade. Decolonialidade.

Abstract: The present work makes a study of the interculturality, by means of a comparison of its political meaning expressed in the terminologies *interculturalidad* (Spanish) and *interculturality* (English). The intention is to show how theoretical and practical differences related to both terms and, for that, seeks contemporary reflections around the ideas of coloniality and decoloniality present in Quijano (2007), Santos (2007), Mignolo (2017) and Walsh (2018), among others. It is a bibliographic research that problematizes interculturality in its multiple meanings and that starts from the principle defended by Aman (2018), which is that “*interculturality is not interculturalidad*”. Therefore, we seek to understand the difference between the two terms, based on the studies of Walsh (2008), Mignolo (2009) and Aman (2018), to discuss issues related to interculturality, and those of Blommaert (2011), Risager (2006) and Kramsch (2003), among others, for the analysis of interculturality. The conclusion of the analysis points out that, although the words *interculturality* and *interculturalidad* have the same translation in Portuguese, they reflect different meanings in practice.

Keywords: Interculturalidad. Interculturality. Coloniality. Decoloniality.

Recebido em: 12/05/2021.

Aceito em: 10/06/2021.